

Patentes e colonização tecnológica

Rogério Cezar de Cerqueira Leite

Valor, 20/05/2021

A patente aumenta a desigualdade entre países ricos e pobres

A possibilidade de quebra de patentes, ou seja, reserva de mercado para a propriedade intelectual, veio a renovar a discussão sobre o tema, o que é oportuno, embora no momento venha ela eivada de falácias.

A primeira destas é a afirmação de que sem os direitos de propriedade industrial não haveria estímulo para inovar. Pois bem, essa assertiva nunca foi comprovada. Há mesmo fortes indícios de que a patente não serve de incentivo para a pesquisa e para a busca de inovação, mesmo porque pesquisadores, em sua maioria, procuram obter prestígio e não dinheiro.

A segunda premissa duvidosa é de que o inventor mereça e deve, portanto, ser remunerado. Não é bem assim, pois as legislações de todo o mundo preveem que os ganhos financeiros vão para a empresa ou a instituição em que trabalham. Foi-se o tempo dos Gutenberg, dos inventores que em seu quintal montavam seus laboratórios. “Start-ups” são criadas sobre ideias prontas e raramente inovam depois de estabelecidas.

Muito bem, vejamos um pouco do advento da atual legislação de patentes. Ela foi imposta, com ameaças de todas as sortes pelo governo americano, em parte acompanhado por países europeus sobre os países em desenvolvimento. Beira a idiotice a crença de que os Estados Unidos procuravam com isso o bem dos países em desenvolvimento. A patente é boa, sim, para os países em que estão as grandes empresas que já detêm o conhecimento.

Há mesmo quem diga que o invento patenteado beneficia o mundo todo, pois, com frequência, aumenta a produtividade mesmo daqueles que apenas pagam para utilizá-la ou consomem produtos no exterior ou em filiais locais. O Congresso americano, impelido talvez por uma consciência culpada, realizou um extenso trabalho e chegou à conclusão que em países em desenvolvimento, cerca de 90% das patentes serviam para impedir a produção de um bem e não para produzi-lo. É claro que há em alguma dessas nações poucos meios legais de combater esse abuso, pois ganha quem tem o melhor advogado e o processo é lento, embora haja dispositivos legais que limitem esses abusos.

Também não podemos esquecer que anteriormente patentes não existiam para medicamentos e alimentos, pois o direito à saúde e ao combate à fome era incondicional. Este preceito era aceito não apenas no Brasil, mas em quase todos os países do mundo. Um país que não produz seus próprios medicamentos não tem soberania, como ficou demonstrado durante a guerra das Malvinas, quando Inglaterra e Estados Unidos boicotaram o envio de remédios e fármacos para a Argentina. Diríamos que pílulas, em uma guerra, são mais eficientes, por vezes, do que canhões.

Pois bem, essas são questões que têm sido evitadas. Todavia, a mais relevante nunca foi levantada sequer. A patente cria um círculo vicioso que aumenta a desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Consideremos dois países (ou duas empresas): A - desenvolvida e B - em desenvolvimento. A terá mais patentes, com o que ocupará maior parcela do mercado que compartilham. Com isso A ficará rico. Com

o que terá mais recursos para pesquisas e para desenvolver maior número de patentes e ocupar maior parcela do mercado. Ou seja, a patente enriquece o mais rico e como os mercados são limitados o mais pobre, B, terá ao final de algum tempo seu mercado inteiramente ocupado por A.

É claro que haverá ocasiões imprevisíveis, novos mercados, entretanto a lógica de um sistema de patentes é inequívoca. Ela serve a uma forma de colonização tecnológica e o contínuo e inexorável mecanismo de aumento da desigualdade econômica entre países ricos e pobres. É notável, porém, como comentaristas defendem as patentes. Talvez Hannah Arendt tenha razão sobre a adesão ao opressor. O conformismo é sempre uma saída fácil.

Poderíamos mesmo adotar uma nova definição de patente: o sistema de proteção da propriedade industrial é um dispositivo que permite a crescente dominação de mercado por países industrializados e com isso subjugar economias em desenvolvimento. Talvez tivesse sido difícil para o Brasil resistir às pressões de empresas e governos dos países desenvolvidos. Todavia, concessões adversas aos interesses nacionais e inclusive sem previsão nos propósitos da Organização Mundial do Comércio não deveriam jamais ser incluídas.

Basta lembrar que o Brasil foi o único país em desenvolvimento que abdicou da quarentena de dez anos que era prevista nas demandas dos países desenvolvidos. Como consequência 1.050 estações de produção no setor de química fina foram extintas no Brasil, além de 300 projetos já aprovados. Com dez anos para se preparar muitos, muito provavelmente a maioria, poderiam ter sido salvos.

A atual celeuma sobre quebra de patentes é meramente circense. Serve apenas de palco para a ignorância e o oportunismo. Quebrada uma patente é necessário um esforço de, por engenharia reversa, desenvolver o processo de montar ou adaptar um sistema de produção. E isto depende obviamente de infraestrutura industrial tecnicamente adequada e competência instalada na área. Portanto, um tempo necessário para um empreendimento neófito seja capaz de produzir uma nova vacina capaz de derrotar este coronavírus 19 seria, nas presentes circunstâncias, muito provavelmente maior que aquele que duraria a atual pandemia. O presidente americano Joe Biden não pode ignorar isto. Seu gesto, aparentemente generoso, não passa de redonda demagogia.

Não resta, pois, ao Brasil outra saída, pois outros vírus virão, senão criar condições para desenvolver vacinas e outros medicamentos rapidamente. O que só ocorre com capacitação em pesquisas e muito investimento.

Tanto o Instituto Butantã quanto a Fiocruz impelidos, por certo, por questões financeiras, dedicam-se hoje mais ao simples envasamento de princípios ativos importados, do que ao desenvolvimento de novas vacinas e, conseqüentemente, não estão preparados para enfrentar novos vírus. A experiência mostra que pesquisa e produção não devem estar contidas em uma mesma organização. A produção dá lucro, a pesquisa produz despesas.

Rogério Cezar de Cerqueira Leite é físico, professor emérito da Unicamp; presidente do Conselho de Administração do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais-CNPEN e membro do Conselho Editorial do Jornal Folha de São Paulo